

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-431-3 DOI 10.22533/at.ed.313192506 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO VOL. 1

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, foram reunidos 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	
Paulo Roberto Silva Sheila Venancia da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.3131925061	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARQUITETURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Paulo Emílio Gomes Nobre Adriano de Souza Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3131925062	
CAPÍTULO 3	15
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Izabel de Lourdes Gimenez Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3131925063	
CAPÍTULO 4	28
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925064	
CAPÍTULO 5	34
APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DE SITUAÇÕES PROBLEMA: UM ESTUDO DE CASO	
Janete Aparecida Guidi Viviane Gislaine Caetano Auada Elsa Midori Shimazaki Rozana Salvaterra Izidio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925065	
CAPÍTULO 6	48
CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	

DOI 10.22533/at.ed.3131925066

CAPÍTULO 7 54

CONHECIMENTO PRÉVIO COMO MATÉRIA PRIMA PARA O APRENDIZADO: TEORIA DE DAVID AUSUBEL SOB O OLHAR DE MARCO ANTÔNIO MOREIRA

[André Luiz Borges da Silva](#)

[Thaís Ayres da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925067

CAPÍTULO 8 61

CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

[Aline Soares Guimarães](#)

[Angélica Marinna Cardoso Mota](#)

[Camila Alves Lima Gomes](#)

[Sinara Pollom Zardo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925068

CAPÍTULO 9 76

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

[Caroline Thaís Both](#)

[Andressa da Silveira](#)

[Cristina Numer](#)

[Neila Santini de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925069

CAPÍTULO 10 88

DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES COM CÂNCER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Cristina Bressaglia Lucon](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250610

CAPÍTULO 11 99

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

[Taiana Furtado dos Anjos](#)

[Allan Rocha Damasceno](#)

[Pedro Clei Sanches Macedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250611

CAPÍTULO 12 111

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DOS SUJEITOS APRENDENTES

[Gleiciane Álice Oliveira de Carvalho](#)

[Andrezza Belota Lopes Machado](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250612

CAPÍTULO 13 124

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

[Thais da Silva Oliveira](#)

[Gabriela Brutti Lehnhart](#)

Sabrina Fernandes de Castro

DOI 10.22533/at.ed.31319250613

CAPÍTULO 14 136

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM GRUPO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Regina Alves André

DOI 10.22533/at.ed.31319250614

CAPÍTULO 15 146

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello

DOI 10.22533/at.ed.31319250615

CAPÍTULO 16 157

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Marcus Edson Carilo de Mello Vieira

Tâmara Gabriella de Souza Cardoso

Joslei Viana de Souza

DOI 10.22533/at.ed.31319250616

CAPÍTULO 17 164

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COMO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiana Neves Bertolin

Edí Marise Barni

DOI 10.22533/at.ed.31319250617

CAPÍTULO 18 175

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane

Isabel Matos Nunes

DOI 10.22533/at.ed.31319250618

CAPÍTULO 19 189

OS PARQUES INFANTIS: ANÁLISE LEXICAL DE TEXTOS SOBRE ESSES ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Aline de Novaes Conceição

DOI 10.22533/at.ed.31319250619

CAPÍTULO 20 199

PEDAGOGIA HOSPITALAR E INCLUSÃO: UM DIREITO À EDUCAÇÃO

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro

Maria Roseane Gonçalves de Menezes

Jocilene Maria da Conceição Silva

DOI 10.22533/at.ed.31319250620

CAPÍTULO 21 208

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATITUDES SOCIAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO INTRODUTÓRIO

Felipe Rodrigues Martins

Sandra Regina Barbosa
Edicléa Mascarenhas Fernandes
DOI 10.22533/at.ed.31319250621

CAPÍTULO 22 215

PISTOLA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR, CAMINHOS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Giovana Toscani Gindri
Nathalia Neresi Pavanelo
Raquel Brondísia Panizzi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31319250622

CAPÍTULO 23 227

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz
Divina Elecir de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.31319250623

CAPÍTULO 24 237

PROTAGONISMO DO CORPO DISCENTE COMO PRÁTICA INOVADORA E INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FTESM

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves
Viviane da Costa Bastos

DOI 10.22533/at.ed.31319250624

CAPÍTULO 25 249

TECNOLOGIA ASSISTIVA: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO CONTO E RECONTO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Débora Deliberato
Fernanda Delai Lucas Adurens

DOI 10.22533/at.ed.31319250625

CAPÍTULO 26 260

MODOS DE SER AMOROSO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO SURDO NA SUA RELAÇÃO COM UM OUVINTE: O CASO DA PELÍCULA JAPONESA “HIDAMARI GA KIKOERU” (2017)

DE DAISUKE KAMIJÔ

Rute Léia Augusta da Silva
Hiran Pinel
Vitor Gomes

DOI 10.22533/at.ed.31319250626

SOBRE O ORGANIZADOR..... 275

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

Caroline Thaís Both

Graduanda em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Campus Palmeira das Missões/RS. Departamento de Ciências da Saúde. Palmeira das Missões – Rio Grande do Sul

Andressa da Silveira

Doutora em Enfermagem. Professora do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Campus de Palmeira das Missões. Palmeira das Missões – Rio Grande do Sul

Cristina Numer

Graduanda em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Campus Palmeira das Missões/RS. Departamento de Ciências da Saúde. Palmeira das Missões – Rio Grande do Sul

Neila Santini de Souza

Doutora em Ciências. Professora do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Campus de Palmeira das Missões. Palmeira das Missões – Rio Grande do Sul

RESUMO: Objetivo: Relatar a experiência de acadêmicas do curso de graduação em enfermagem na realização de atividades educativas com crianças e adolescentes que apresentam necessidades especiais de saúde. Método: Trata-se de um relato de experiência

das ações de educação em saúde de acadêmicos de enfermagem junto às crianças e adolescentes com necessidades especiais de saúde, que frequentam a escola da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no primeiro semestre de 2018. Resultados: As ações foram desenvolvidas com vistas às demandas apresentadas pelas crianças e adolescentes, com ênfase na higiene pessoal e a autonomia para o autocuidado. Para as estudantes envolvidas, as ações proporcionaram vivências e experiências exitosas que refletiram positivamente na formação acadêmica. As crianças e adolescentes com necessidades especiais de saúde participaram ativamente e avaliaram de forma satisfatória. Conclusão: As práticas educativas na formação do enfermeiro devem possibilitar a troca de saberes, considerando que ninguém educa ninguém e que todas as pessoas possuem saberes em níveis diferentes. O conhecimento prévio dos educandos deve ser considerado, e as ações de educação em saúde voltadas para as reais necessidades de cada indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Saúde da Criança; Saúde do Adolescente; Educação em Saúde; Educação Especial.

CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH SPECIAL NEEDS OF HEALTH: PRACTICES OF HEALTH EDUCATION IN NURSE TRAINING

ABSTRACT: Objective: To report the experience of undergraduate nursing students in educational activities with children and adolescents with special health needs. Method: This is an experience report on the health education actions of nursing students with children and adolescents with special health needs who attend the school of the Association of Parents and Friends of the Exceptional in the first half of 2018. Results: The actions were developed with a view to the demands presented by children and adolescents, with emphasis on personal hygiene and autonomy for self-care. For the students involved, the actions provided experiences and successful experiences that reflected positively in the academic formation. Children and adolescents with special health needs participated actively and evaluated in a positive and satisfactory way the actions of health education. Conclusion: Educational practices in the training of nurses should enable the exchange of knowledge, considering that no one educates anyone and that all people have different levels of knowledge. The prior knowledge of learners should be considered, and health education actions geared to the real needs of each individual.

KEYWORDS: Nursing; Child Health; Adolescent Health; Health education; Special education.

1 | INTRODUÇÃO

Receberam a denominação de Crianças e adolescentes com necessidades especiais de saúde (CRIANES) o grupo de crianças e adolescentes que demandam de cuidados para além daqueles exigidos por crianças e adolescentes em geral. Esse grupo possui necessidade de cuidados específicos, sendo que esses recebem a seguinte classificação: 1) Desenvolvimento (reabilitação psicomotora e social); 2) Tecnológicos (necessitam de algum tipo de tecnologia em seu corpo); 3) Medicamentosos (crianças e adolescentes farmacodependentes); 4) Habituais Modificados (adaptações para realizar tarefas comuns do cotidiano); 5) Mistos (requerem mais de um tipo de demanda de cuidados associados); 6) Clinicamente complexos (combinação de todas as demandas somado ao manejo de tecnologias de suporte de vida) (MCPHERSON et al., 1998. LOLLAR; HARTZELL; EVANS, 2012. CAICEDO, 2014. SILVEIRA, 2017).

As CRIANES têm ou estão em maior risco para o desenvolvimento de uma condição crônica, limitação de desenvolvimento comportamental ou emocional, com deficiência leve ou grave, e precisam de assistência de saúde a longo prazo. O fato de designá-las em grupo maior tem a finalidade de evitar o estigma relacionado às demandas de cuidados de saúde para sua sobrevivência (MCPHERSON et al., 1998. LOLLAR; HARTZELL; EVANS, 2012. CAICEDO, 2014. SILVEIRA, 2017).

Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência no mundo, isso significa uma em cada sete

pessoas. A Organização das Nações Unidas (ONU) alerta ainda que 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento, sendo que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) afirma que 150 milhões são crianças e adolescentes menores de 18 anos de idade. A escassez de estatísticas sobre pessoas com deficiência contribui para invisibilidade dessa população, o que dificulta o planejamento e a implementação das políticas públicas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017).

De acordo com o último Censo Demográfico, há aproximadamente 45.606.048 milhões de brasileiros que possuem algum tipo e grau de deficiência, congênita ou adquirida, como visual, motora, auditiva, mental ou intelectual, entre outras, correspondendo a 23,9% da população brasileira. A prevalência de pelo menos uma deficiência foi de 7,5% na faixa etária de 0 a 14 anos de idade, 24,94% nas pessoas com idades entre 15 e 64 anos e 67,7% na população com 65 anos ou mais de idade. Esse aumento proporcional conforme a idade relaciona-se a questões características do envelhecimento populacional (IBGE, 2010).

No Brasil, define-se que pessoa com deficiência é aquela com alguma alteração permanente de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que em razão disso, apresenta restrições de independência, participação na sociedade e igualdade de condições em comparação às demais pessoas (BRASIL, 2015).

As deficiências podem implicar em necessidades além do usual para outras pessoas com a mesma idade. Estão inclusas no grupo de CRIANES crianças e adolescentes com deficiência, aquelas com síndrome de Down, atraso no desenvolvimento, deficiência auditiva, deficiência intelectual, distúrbios de comportamento, doença crônica, HIV positivo, dependência de tecnologia, com paralisia cerebral e dificuldade de locomoção (SIMONASSE; MORAES, 2015). Com demandas de cuidados especiais quanto à reabilitação, educação, apoio social e familiar (PERRIN et al., 2007).

Os membros das famílias destas crianças e adolescentes procuram conciliar o trabalho com a rotina de cuidados. São mais propensos a trabalharem em tempo parcial ou ficarem desempregados. Eles buscam afazeres com horários flexíveis ou em tempo parcial, pois muitas famílias não têm condições de custear um cuidador aos seus filhos. De modo geral, o cuidado é desenvolvido pela mãe, que se dedica exclusivamente ao filho CRIANES (SIMONASSE; MORAES, 2015).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) legitima às crianças e aos adolescentes com deficiência o direito ao acesso integral e especializado à educação e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1990). Entende-se que o acesso à educação e à saúde das pessoas com deficiência deve ser adequado conforme as suas necessidades e limitações físicas e/ou intelectuais, incluindo-se neste contexto a educação em saúde.

A educação em saúde é compreendida como um processo educativo, desenvolvido por profissionais da saúde em conjunto com a população, visando a construção de conhecimentos coletivos na área da saúde, a fim de estimular a

autonomia, o autocuidado e possibilitar a atenção à saúde da população conforme as necessidades de cada pessoa (BRASIL, 2013).

Compreende-se que o profissional da enfermagem desempenha importante atuação na assistência e no desenvolvimento de atividades de educação em saúde junto às pessoas com deficiência, com ênfase no autocuidado, na autonomia e na orientação às famílias quanto as necessidades especiais de cuidados dessa população (ALVES; PIRES; SERVO, 2013).

As pessoas que possuem deficiência são discriminadas, em especial as crianças e adolescentes. Com o decorrer da evolução, houve sucessivas transformações que possibilitaram que as pessoas com deficiência fossem consideradas cidadãos com direitos e deveres. Desta forma, torna-se primordial incluir as pessoas até então excluídas socialmente, e ofertar oportunidades e acessibilidade por meio de práticas inclusivas (ALVES; PIRES; SERVO, 2013).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é um espaço propício para o desenvolvimento de ações de educação em saúde, visto que, constitui um espaço frequentado por pessoas que apresentam deficiências e condições de saúde peculiares, os quais precisam da assistência multiprofissional para atender as demandas de saúde e educação (ROSSO; LOSSO, 2016).

Frente ao exposto, este estudo objetiva relatar a experiência de acadêmicas do curso de graduação em Enfermagem na realização de atividades educativas com crianças e adolescentes que apresentam necessidades especiais de saúde em uma APAE. Justifica-se pela necessidade de o enfermeiro desenvolver práticas de educação em saúde para que a sua formação seja integral, horizontal, humanizada e que contemple as demandas das crianças e adolescentes que possuem algum tipo de deficiência, com vistas à autonomia e autocuidado. No que tange ao desenvolvimento das ações, acredita-se que é fundamental compartilhar experiências exitosas, com base em uma reflexão sobre a importância da realização da educação em saúde junto às pessoas com deficiência, assim como, para a formação do enfermeiro em seu exercício profissional.

2 | METODOLOGIA

Caracteriza-se como um estudo descritivo e reflexivo, do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir de observações e vivências de acadêmicas do curso de graduação em Enfermagem, provenientes da realização de atividades coletivas e interativas de educação em saúde, quanto a práticas adequadas de higiene pessoal, com estudantes de uma escola de educação especial vinculada à uma APAE. As atividades educativas tiveram o objetivo de promover a autonomia, a qualificação do autocuidado e a saúde dos estudantes que frequentam a APAE.

A proposta de educação em saúde fundamenta-se em teorias freireanas, na qual os educadores, em conjunto com os educandos, buscam construir conhecimentos

de maneira horizontal, utilizando-se do diálogo e da interação entre os envolvidos neste processo, considerando-se os saberes do senso comum, as vivências e experiências culturais e do meio em que os educandos vivem. Dessa forma, estima-se a conscientização dos educandos, o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo e o aperfeiçoamento e/ou a modificação das práticas de suas ações (FREIRE, 2005 apud SANTIAGO; LUZ, 2012), especialmente quanto ao cuidado com a higiene pessoal.

O desenvolvimento da educação em saúde e a utilização de oficinas e rodas de conversa para a troca de saberes é favorável, possibilita interações dialógicas, respeitando as diferenças, de acordo com o que se espera de um processo democrático e participativo (VERGÍLIO; TOLEDO; SILVA, 2018). São necessárias formas inovadoras e interativas de gestão em enfermagem, as quais busquem expandir os limites do cuidado tradicional. Por isso, o fortalecimento das ações de educação em saúde pode contribuir para o estímulo e reflexões críticas relacionadas ao agir na saúde (SILVA; ASSIS; SANTOS, 2017).

Destaca-se que as ações de educação em saúde foram desenvolvidas em uma escola de educação especial vinculada a uma APAE localizada na região norte do Rio Grande do Sul (RS), no período de abril a julho de 2018, durante as aulas teórico-práticas da disciplina de Enfermagem no Cuidado à Saúde da Criança e do Adolescente, pertencente ao curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Palmeira das Missões. Para este estudo optou-se por descrever apenas a ação educativa vinculada à higiene pessoal, a qual ocorreu em dois encontros, realizados no mês de julho de 2018.

O cenário da atividade possui espaço físico amplo, com salas de aula, centro de atendimento especializado (CAE) que possui atendimento multidisciplinar, sala com espelhos para reuniões de grupos, prática de ginástica e outros esportes coletivos, uma piscina térmica e área externa com quadra para esportes coberta, praça com brinquedos e amplo espaço com gramado onde são realizadas ações coletivas, horta, e piqueniques com familiares. Nestes espaços são realizados atendimentos multiprofissionais em saúde e educação, para os estudantes e também os seus familiares. Porém, esta equipe ainda não conta com a presença de profissionais de Enfermagem. As intervenções de Enfermagem são realizadas atualmente, e exclusivamente, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades de educação em saúde foram desenvolvidas na forma de oficinais, a partir da temática de higiene pessoal solicitada pela equipe pedagógica e diretiva da APAE.

Primeiramente, as acadêmicas reuniram-se em sala de aula na universidade para organização, planejamento e construção dos materiais necessários para a realização de cada oficina. Posteriormente, iniciou-se as atividades, que foram realizadas em dois turnos, manhã e tarde, com uma turma do ciclo e outra de Educação para Jovens e Adultos (EJA), a fim de que os estudantes tivessem a oportunidade de socializar entre

eles e também com as acadêmicas. Na atividade com a turma do clico participaram um total de oito estudantes e na turma do EJA cinco estudantes. Cada oficina durou em média três horas.

No que tange às ações realizadas, o grupo de discentes desenvolveu uma dinâmica com o objetivo de fortalecer um vínculo de confiança e proporcionar bem-estar para os participantes. Utilizou-se a metáfora das cores para formar grupos e a partir de uma música os grupos com a mesma cor desenvolveram atividades físicas entre seus pares. Esse momento proporcionou a “quebra de gelo” e consolidou a importância da coletividade para o desenvolvimento das ações.

Após esta dinâmica, foi proposto que os estudantes escolhessem figuras para colorir, nas quais estavam representadas ações de higiene pessoal. Cada acadêmica auxiliou um estudante a desenvolver a atividade, após coloridas as figuras foram recortadas e construiu-se um cartaz referente à higiene pessoal. Salienta-se que todas as figuras utilizadas foram de fácil compreensão, como por exemplo, lavagem das mãos, higiene corporal, cuidados com as unhas, higiene bucal, entre outras.

Decorrido a confecção do cartaz foi realizada uma exposição dialogada sobre a escolha das figuras e da importância que elas tinham no cotidiano de cuidado de cada estudante. As crianças e adolescentes manusearam frascos de produtos de higiene pessoal, ação que foi fundamental, para identificação do uso cotidiano dos produtos apresentados e ainda para a socialização da forma que eles desenvolviam seus cuidados de higiene em casa.

3 | RESULTADOS

Em um primeiro momento observou-se que os educandos com grau mais severo de comprometimento intelectual apresentaram maior dificuldade para realizar as atividades propostas. Os demais estudantes, identificaram com clareza as representações das imagens e os produtos de higiene demonstrados, associando-os com cuidados do cotidiano.

Quanto à lavagem das mãos, as crianças e adolescentes ressaltaram a necessidade dessa prática para limpar as mãos, especialmente antes das refeições, quando as mãos estão sujas e após utilizar o banheiro. Também falaram sobre o cuidado com as unhas, que devem ser cortadas quando estão grandes e limpas quando estão sujas. Sabe-se que as mãos representam uma fonte de microrganismos que podem causar contaminação através da transmissão por contato. A partir desta troca de saberes, as crianças, adolescentes e jovens refletiram acerca da importância da lavagem das mãos no seu cotidiano, a fim de evitar doenças.

Na perspectiva das crianças e adolescentes, o banho precisa ser realizado ao menos uma vez ao dia, utilizando o sabonete para limpar o corpo e o shampoo para lavar os cabelos. Também ressaltaram pentear os cabelos. O cuidado com a

higiene corporal é uma prática rotineira, mas, torna-se mais complexa quando uma pessoa apresenta comprometimento físico e/ou intelectual. Portanto, dialogar sobre o assunto com estas crianças, adolescentes e jovens é extremamente importante, visto que geralmente eles dependem do auxílio de outras pessoas para a realização desse cuidado diário, e também, por vezes não são estimulados quanto à sua autonomia para o autocuidado.

Referente à higiene bucal, evidenciaram usar a escova de dentes, o creme dental e o fio dental, realizando-a ao menos três vezes ao dia: ao acordar, após o almoço e antes de dormir. O antisséptico bucal era desconhecido por muitos dos estudantes. Apesar de no relato haver frequência na escovação dos dentes, observou-se que havia estudantes com a dentição prejudicada. Por meio de suas falas evidenciou-se que alguns nunca tiveram contato com um dentista. As acadêmicas de enfermagem demonstraram o procedimento adequado da escovação dos dentes e os estudantes manipularam o material repetindo os movimentos da escovação.

Ainda quanto aos produtos de higiene pessoal, referiram que o creme hidratante corporal é de uso apenas das meninas, e que desodorante antitranspirante e perfume há um tipo destinado aos meninos e outro para as meninas, os quais devem ser usados após tomar banho e ao sair de casa para passear ou ir à escola.

Durante as práticas educativas emergiu nas falas das crianças e adolescentes o medo do enfermeiro, vinculado a situações traumáticas vivenciadas em outros ambientes. Por isso, foi dialogado sobre o papel do enfermeiro na gestão do cuidado, sendo esse profissional capacitado para realizar um cuidado humanizado e proporcionar melhorias na condição de saúde-doença das pessoas.

No que diz respeito à avaliação das oficinas, observou-se de imediato que as crianças, adolescentes e jovens avaliaram positivamente, visto que demonstraram felicidade com a presença das acadêmicas de enfermagem na escola e participavam ativamente das atividades.

A equipe multiprofissional da APAE avaliou que as ações de educação em saúde atingiram os objetivos propostos, avaliaram que as oficinas foram fundamentais para a construção do conhecimento, para o desenvolvimento da autonomia e autocuidado das crianças, adolescentes e jovens.

4 | DISCUSSÃO

As CRIANES apresentam riscos maiores de possuírem alterações nas condições físicas, de comportamento, desenvolvimento ou emocional crônicas. Estas pessoas representam um novo perfil de usuários no Sistema único de Saúde (SUS) com necessidades diversificadas em saúde, sobretudo no que diz respeito a serviços especializados para prover suas demandas com uma equipe multiprofissional qualificada, que forneça atendimento interdisciplinar para eles e as suas famílias

(FIGUEIREDO; SOUSA; GOMES, 2016).

Estas crianças e adolescentes apresentam condições especiais de saúde com demandas de cuidados contínuos, sejam eles de natureza temporária ou permanente, e que necessitam dos serviços de saúde e sociais para além dos requeridos por outras crianças em geral (SIMONASSE; MORAES, 2015).

Crianças e adolescentes com déficit intelectual apresentam dificuldade em aprender conteúdos abstratos, portanto, é fundamental que os educadores se utilizem de métodos estratégicos e materiais palpáveis para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo destas pessoas (SOUZA; GOMES, 2015). Recomenda-se a elaboração dos materiais em tipo de papel, fonte e tamanho de letra adequados, as imagens com coloração de contraste e relacionadas ao cotidiano cultural dos aprendizes, contribuindo na participação, envolvimento e compreensão da atividade pelos estudantes (BORGES et al., 2017).

Grande parte de pessoas com deficiência demonstram ser capazes de se adaptar aos trabalhos, mesmo diante das dificuldades. Percebe-se o quanto é importante realizar atividades com este fim, inserindo o indivíduo que possui deficiência na sociedade. Com este trabalho inclusivo, passa-se a reconhecer os direitos e deveres das pessoas com deficiência como qualquer cidadão (ALVES; PIRES; SERVO, 2013).

A utilização da educação em saúde nos espaços de Atendimento Educacional Especializado constitui uma estratégia terapêutica, de entretenimento, desenvolvimento cognitivo e subjetivo, de cada indivíduo e da coletividade das pessoas com alguma deficiência, visto que foca nas potencialidades de cada um e os convoca à criação e estimulação de imagens a partir das experiências vividas (NEVES, 2017).

O enfermeiro precisa estar capacitado para fornecer assistência articulada no âmbito da Rede de Atenção em Saúde, de forma integral e humanizada, compreendendo as repercussões da deficiência no contexto de vida das famílias das crianças e dos adolescentes CRIANES, contemplando as diversas dimensões do viver. É preciso ampliar a discussão acerca desta temática a fim de criar estratégias para a atenção em saúde, a partir de um serviço público que considere o universo em que esses usuários vivem, com suas especificidades e necessidades cotidianas (FIGUEIREDO; SOUSA; GOMES, 2016).

As recomendações supracitadas podem ser estendidas aos profissionais da saúde no desenvolvimento das práticas de educação em saúde com as pessoas com deficiência, pois, como já mencionado, visam ao estímulo do autocuidado, da autonomia e da atenção à saúde conforme as suas necessidades. Considera-se como autocuidado e autonomia a realização das atividades cotidianas necessárias para a manutenção da saúde e bem-estar da maneira mais independente possível pelas pessoas com deficiência (ALVES; PIRES; SERVO, 2013).

Neste sentido, ressalta-se a importância da atuação do enfermeiro quanto às ações de educação em saúde, promoção da saúde, reabilitação, estímulo do autocuidado e autonomia nos cuidados diários, incluindo os cuidados de higiene pessoal, de maneira

integral, coletiva e de acordo com as necessidades de cada indivíduo (ALVES; PIRES; SERVO, 2013).

Quanto às questões de condições crônicas de saúde e cuidados diversificados, as CRIANES desenvolvem maiores riscos e necessidades, principalmente em relação a serviços especializados e a equipe multiprofissional que os disponibiliza atendimento interdisciplinar (FIGUEIREDO; SOUSA; GOMES, 2016).

Além de enfermidades sistêmicas e das particularidades específicas associadas à deficiência, as doenças bucais são um dos principais problemas desenvolvidos por pessoas com necessidades especiais, seja em decorrência de desvios motores ou mentais. Estudo realizado na APAE de Passo Fundo/RS, com 47 alunos de ambos os sexos, que apresentavam síndrome de Down, déficit intelectual e paralisia cerebral, descobriu que 63,8% dos alunos realiza três ou mais escovações diárias dos dentes, sendo que 85,1% destes realiza o procedimento sozinho. Porém, concluiu que há alto índice de cárie dentária e higiene oral inadequada (PINI; FRÖHLICH; RIGO, 2016).

Condições periodontais e de higiene insatisfatórias e semelhantes foram encontradas em pesquisa realizada com 41 escolares de um centro de reabilitação, portadores de distúrbios neuropsicomotores, na qual evidenciou-se que 85% dos indivíduos apresentavam representativa quantidade de placa madura nos dentes, 87,2% tinham sangramento gengival espontâneo e mais de 90% não utilizavam o fio dental (NASILOSKI et al., 2015).

A dificuldade de acesso aos cuidados com a saúde ou insumos básicos de higiene se relaciona ao fato de que, os pais e famílias destas crianças e adolescentes podem enfrentar dificuldades financeiras devido aos cuidados especializados requeridos para a manutenção da vida (SIMONASSE; MORAES, 2015).

O cotidiano das famílias de CRIANES é permeado pelos desafios na garantia de seus direitos, no aprendizado por meio do cuidado à criança e ao adolescente, na busca por serviços de saúde acessíveis, de qualidade e na luta por sua inclusão social. Esses desafios tornam-se ainda maiores, pois vive-se em uma sociedade que ainda discrimina as pessoas com deficiências e oferta poucas possibilidades, limitando suas reais potencialidades (FIGUEIREDO; SOUSA; GOMES, 2016).

A baixa renda financeira associada aos gastos com medicamentos e tratamentos especializados gera angústia na família. O impacto financeiro é maior nas famílias onde pelo menos um membro da família teve que parar de trabalhar para cuidar da criança no domicílio (SIMONASSE; MORAES, 2015).

Pesquisa com pessoas que possuem deficiência física e sensorial, constatou a dificuldade para desempenhar atividades de higiene pessoal, como escovar os dentes, fazer a barba e tomar banho sozinhos. Nestes casos, o auxílio de familiares e/ou cuidadores é essencial para proporcionar cuidados cotidianos adequados e com segurança (MOURA et al., 2015).

No que tange aos cuidados de saúde na APAE acredita-se que a participação de um enfermeiro na equipe multiprofissional é essencial, a fim de realizar ações de

prevenção e promoção da saúde. Além disso, o enfermeiro é capacitado para intervir em situações de urgência e emergência, avaliar necessidade de encaminhamentos à rede de saúde e prestar a assistência adequada diante de intercorrências (ROSSO, LOSSO, 2016).

Ainda, reforça-se que ações de educação em saúde e de assistência de enfermagem junto às pessoas com deficiência necessita ser incentivada desde a graduação, a fim de desenvolver competências de comunicação e interação com esse público. A atuação do enfermeiro no atendimento às pessoas com deficiência é importante, pois permite a articulação entre a educação e saúde, orientação às famílias sobre os cuidados, na realização de acompanhamento e estimulação precoce (ALVES; PIRES; SERVO, 2013).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas educativas na formação do enfermeiro devem possibilitar a troca de saberes, considerando que ninguém educa ninguém e que todas as pessoas possuem saberes em níveis diferentes. Esse conhecimento prévio deve ser considerado, e as ações de educação em saúde voltadas para as reais necessidades de cada indivíduo.

As ações realizadas na APAE contribuíram para a qualificação profissional no atendimento humanizado às crianças e adolescentes com necessidades especiais de saúde, para desenvolver habilidades de comunicação de uma maneira compreensível com crianças, adolescentes e jovens que possuem necessidades especiais de saúde.

Por meio desta experiência, amplia-se a atuação do enfermeiro, para além do espaço hospitalar e da atenção básica, onde este profissional pode desenvolver ações de educação em saúde junto à comunidade. Assim, para que as ações tenham resultado efetivo faz-se necessário o preparo prévio das atividades, assim como, o conhecimento do ambiente, das demandas dos educandos e equipe.

Recomenda-se a inclusão de atividades de educação em saúde com CRIANES nos planos político-pedagógicos dos cursos de graduação na área da saúde, especialmente da enfermagem, a fim de formar profissionais aptos a desenvolver tais ações na sua prática cotidiana nos diferentes contextos de atenção à saúde.

Ainda, destaca-se a necessidade do desenvolvimento de ações e pesquisas voltadas às pessoas com deficiências e suas famílias, em todas as fases da vida, considerando a escassez de produções científicas nesta temática. Essas pesquisas devem dar voz e visibilidade às CRIANES, considerando-os como sujeitos coparticipes do processo de cuidado.

Por fim, a partir das práticas de educação em saúde com crianças e adolescentes na APAE, a equipe diretiva solicitou a continuidade destas ações, sendo então, construídos projetos de extensão e pesquisa em que acadêmicos de enfermagem estão inseridos. Foram mantidas as aulas práticas no local, vinculadas às disciplinas

do curso de enfermagem na área materno-infantil, onde se trabalha com as crianças, adolescentes e famílias.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. J. L.; PIRES, M. N. A.; SERVO, M. L. S. Um olhar sobre a atuação do enfermeiro na atenção às pessoas com deficiência: revisão integrativa. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, 7(esp):4892-8, jul., 2013.

BORGES, A. L. E. et al. Análise de Atividades Gráficas para Crianças com Síndrome de Down. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 4, p. 577-594, Dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000400577&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_gestao_trabalho_educacao_saude_2ed.pdf> Acesso em: 22 jul 2018.

CAICEDO, C. Families With Special Needs Children: Family Health, Functioning, and Care Burden. **Journal of the American Psychiatric Nurses Association** [internet]. 2014, 20(6):398-407. Disponível em: <<http://jap.sagepub.com/content/20/6/398.full>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

FIGUEIREDO, S. V.; SOUSA, A. C. C.; GOMES, I. L. V. Menores com necessidades especiais de saúde e familiares: implicações para a Enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.** [Internet]. 2016 jan-fev;69(1):88-95. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n1/0034-7167-reben-69-01-0088.pdf>> Acesso em: 22 jul 2018.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005. In: SANTIAGO, R. F.; LUZ, M. H. B. A. Práticas de educação em saúde para cuidadores de idosos: um olhar da enfermagem na perspectiva freireana. **Rev. Min. Enferm.**;16(1): 136-142 jan./mar., 2012. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/511>> Acesso em: 14 dez. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf> Acesso em: 24 jul 2018.

LOLLAR, D. J.; HARTZELL, M. S.; EVANS, M. A. Functional difficulties and health conditions among children with special health needs. **Pediatrics** [internet]. 2012 Mar, 129(3):714-22. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22371461>> Acesso em: 11 abr. 2019.

MCPHERSON, M. G. et al. A new definition of children with special health care needs. **Pediatrics** [internet] 1998 Jul, 102(1):137-41. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9714637>> Acesso em: 11 abr. 2019.

MOURA, G. N. et al. Atividade de vida de pessoas com deficiência segundo modelo de enfermagem

de Roper-Logan-Tierney. **Rev Rene**. 2015 maio-jun; 16(3):317-26. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/2766/2148>> Acesso em: 24 jul 2018.

NASILOSKI, K. S. et al. Avaliação das condições periodontais e de higiene bucal em escolares com transtornos neuropsicomotores. **Rev Odontol UNESP**. 2015 Mar.-Apr; 44(2): 103-107. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rounesp/v44n2/1807-2577-rounesp-44-2-103.pdf>> Acesso em: 22 jul 2018.

NEVES, L. R. Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 4, p. 489-504, Dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000400489&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia>> Acesso em: 01 abr. 2019.

PERRIN, J. M. et al. A Family-Centered, Community-Based System of Services for Children and Youth With Special Health Care Needs. **Arch Pediatr Adolesc Med**. 2007; 161(10):933–936. Disponível em: <<https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/fullarticle/571226>> Acesso em: 16 dez. 2018.

PINI, D. M.; FRÖHLICH, P. C. G. R.; RIGO, L. Avaliação da saúde bucal em pessoas com necessidades especiais. **einstein**. 2016;14(4):501-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v14n4/pt_1679-4508-eins-14-04-0501.pdf> Acesso em: 22 jul 2018.

ROSSO, L. E., LOSSO, A. R. Cuidado de enfermagem na APAE: necessidades da equipe multiprofissional. **Revista Inova Saúde**, Criciúma, vol. 5, n. 2, dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/Inovasauade/article/view/3020/2790>> Acesso em: 20 jul 2018.

SILVA, S. S.; ASSIS, M. M. A.; SANTOS, A. M. Enfermeira como protagonista do gerenciamento do cuidado na estratégia saúde da família: diferentes olhares analisadores. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e1090016, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300307&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SILVEIRA, A. **O cuidado no cotidiano de adolescentes com necessidades especiais de saúde: implicações para a enfermagem**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2017. 162p.

SIMONASSE, M. F.; MORAES, J. R. M. M. Crianças com necessidades especiais de saúde: impacto no cotidiano familiar. **J. res.: fundam. care. online** 2015. jul./set. 7(3):2902-2909. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3577/pdf_1645> Acesso em: 02 abr. 2019.

SOUZA, M. C. de; GOMES, C. Neurociência e o déficit intelectual: aportes para a ação pedagógica. **Rev. psicopedag.** São Paulo, v. 32, n. 97, p. 104-114, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2018.

VERGÍLIO, M. S. T. G.; TOLEDO, V. P.; SILVA, E. M. Oficinas como proposta democrática para mudanças no trabalho da supervisão em enfermagem. **Rev Bras Enferm [Internet]**. 2018; 71(4):2169-74. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v71n4/pt_0034-7167-reben-71-04-2050.pdf> Acesso em: 11 abr. 2019.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-431-3

